

## A CO-OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA POMERANA

Prof. Dr. Ismael Tressmann (2009)  
Faculdade da Região Serrana (Farese)

O Pomerano é uma língua de imigração falada em cinco estados do Brasil, tanto pelos adultos como pelos jovens e crianças. Em 2009, o Pomerano completará 150 anos de presença em solo espírito-santense, e estima-se que ali esta língua é falada por cerca de 120 mil pessoas. No Espírito Santo, as comunidades pomeranas estão situadas numa faixa que se estende do sul até o norte do estado, a partir de municípios da região serrana, desde Domingos Martins, passando por Santa Maria de Jetibá, Colatina, chegando a Vila Pavão, ao norte. Nesta região, temos uma comunidade de fala pomerana. A partir da implementação do Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo), em 2005, nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, vários temas nas escolas foram conduzidos em língua pomerana, nas modalidades oral e escrita. O objetivo geral do Proepo é desenvolver, nas escolas públicas, um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura pomerana e a língua oral e escrita. A atuação do Proepo nas escolas e a edição do Dicionário Pomerano e do Livro-Texto *Upm Land*, “Na Roça”, em 2006, passaram a contribuir decididamente para o fortalecimento da língua pomerana e de seus falantes.



No entanto, os coordenadores e assessor do Proepo consideraram que seria necessário dar um passo adiante no processo de reconhecimento da língua pomerana, uma vez que as comunidades estão interessadas em manter a língua e os seus usos. Para que isso se efetivasse, fez-se contato com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), entidade com sede em Florianópolis-SC. O IPOL atua na promoção da diversidade linguística e cultural do Brasil e dos países do Mercosul, em parceria com as comunidades linguísticas. O referido Instituto já conseguiu obter a co-oficialização de três línguas indígenas na Amazônia, a saber, Nheengatu, Tukano e Baniwa, um fato inédito

Crianças em sala de aula. Santa Maria de Jetibá no Brasil. Pela primeira vez na história do País, em 2002 três línguas brasileiras ganharam a condição de idiomas oficiais, ao lado do Português, que é declarado idioma oficial do Brasil pelo artigo 13 da Constituição Federal. Em São Gabriel da Cachoeira, AM, vigora uma lei que co-oficializou as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa: a lei 145/2002, que foi proposta por um vereador indígena, a partir de um projeto elaborado pelo IPOL a pedido da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

No Espírito Santo, a partir da visita e assessoria do Professor Doutor Gilvan Müller de Oliveira, no mês de maio de 2007, foi dado início ao processo da co-oficialização da língua pomerana nos municípios citados. Além do proferimento de palestras nas sedes municipais, na presença dos prefeitos, vereadores, secretários, professores e de membros das comunidades, o linguista visitou escolas, ouviu professores, alunos e pais. Lembramos que o município de Pancas co-oficializou a língua pomerana em julho daquele ano, e Laranja da Terra concluiu o processo de co-oficialização em meados de 2008.

Conforme as palavras de Oliveira, “a co-oficialização do Pomerano em nível municipal será um passo decisivo para o seu reconhecimento e para que outras comunidades [pomeranas] lancem mão do mesmo recurso, nos seus respectivos municípios em especial por se tratar de uma língua alóctone ou de imigração, e não de uma língua indígena, o que amplia o quadro de legitimidade das línguas brasileiras”. O primeiro passo para a co-oficialização de uma língua é a criação da Comissão Municipal de Políticas Linguísticas, com representantes de escolas municipais e estaduais, câmara municipal, ensino superior, agricultores, etc. Após a aprovação do documento de regulamentação da lei pela Câmara e/ ou Prefeito Municipal, ficarão previstas as medidas concretas a serem implementadas e os modos de atuação do Estado na política linguística de cada município envolvido. Mais do que uma lei local, será criada uma

nova modalidade ou tecnologia para dar voz à rica diversidade linguística do Brasil, que até pouco tempo era vista com desconfiança pelo Poder Central do Brasil, em uma história de muita repressão e desrespeito aos vários grupos étnicos do país.

Mediante a co-oficialização, o Pomerano terá, ao lado do Português, o *status* de língua reconhecida oficialmente, com todos os direitos de uma língua oficial. Trata-se de um acontecimento muito importante para o Espírito Santo e o Brasil, particularmente num momento em que o mundo se volta para o problema da extinção de línguas minoritárias e da urgência de intervenções de políticas públicas para garantir sua sobrevivência e vitalidade. Co-oficializar o Pomerano ao lado do Português em nível municipal possibilitará ao poder público e à sociedade civil o reconhecimento do bilinguismo constituinte do município e sua promoção sistemática através do sistema educacional e das políticas culturais. Desse modo, será dado espaço e voz à língua pomerana não apenas nas escolas, como também em todos os setores públicos e privados. O poder público incentivará e apoiará o aprendizado e o uso do Pomerano nas escolas e nos meios de comunicação, concedendo aos não falantes desta língua (aqueles que falam somente o Português) a oportunidade de se tornarem bilíngues.

## PLURALIDADE LINGUÍSTICA

No Brasil, encontramos uma realidade multilinguística, onde são faladas aproximadamente 230 línguas diferentes por cerca de 2 milhões de brasileiros que não têm o Português como língua materna. Cerca de 200 línguas são nativas ou autóctones, ou seja, línguas indígenas, como o Guarani, Xakriabá, Cinta Larga, Kaingang, e cerca de 30 são alóctones, isto é, de imigração, como o Pomerano, o Vestfaliano, o Hunsrückisch, o Talian, às quais se somam ainda a língua de sinais brasileira (Libras) e as práticas linguísticas ligadas às línguas trazidas pelos africanos, das quais infelizmente só existem mais alguns resquícios.



Línguas de imigração presentes no contexto brasileiro

Índios Cinta Larga (RO) na festa *Mbebe Aka* (1995)

1. Hunsrückisch ou Hunsriqueano	18. Hebraico
2. Pomerano	19. Iídiche
3. Vestfaliano ou "sapato de pau"	20. Francês
4. Suábio	21. Holandês
5. Wolgadeutsch	22. Sinti
6. Platt Menonita (Plautdietsch)	23. Roma
7. Austríaco	24. Chinês
8. Bávaro	25. Quéchuá
9. Talian (Vêneto brasileiro)	26. Almará
10. demais variedades do Italiano (Moranês, Lombardo, Friulano)	27. Armênio
11. Espanhol	28. Crioulo de Cabo Verde
12. Polonês	29. Crioulo Karipuna
13. Japonês	30. Crioulo Galibi Marworno
14. Okinawa	31. Crioulo da Ilha Samaracá
15. Ucraniano	32. Coreano
16. Russo	33. Letão
17. Árabe	34. Sueco
	35. Húngaro

No entanto, aprendemos que o Brasil é um país essencialmente monolíngue, onde se fala supostamente uma língua, o Português. Estamos mais inclinados a ver o plurilinguismo como uma anomalia. Esta maneira de pensar é mais um produto da história da criação dos estados-nação dos últimos 300 anos, quando se estabeleceu a aspiração de um Povo, uma Língua, tão prejudicial à construção da cidadania. O Estado-Nação moderno e monoglota foi o responsável pelos maiores glotocídios, isto é, aniquilamento das línguas de toda a história da humanidade até o presente.

No Brasil, das cerca de mil línguas faladas em 1500

só restaram 15%; 85% das línguas indígenas brasileiras desapareceram sem deixar vestígios, já que se tratavam de línguas sem tradição da escrita. Estas línguas desapareceram muito menos em consequência das mudanças históricas, de ampliação de mercados, por exemplo, do que de políticas culturais (políticas linguísticas) de proibição, de desautorização, de minorização e exclusão da escola. São vítimas da idéia de que a cidadania tem que ser monolíngue e da concepção de que falar mais que uma língua é algo que deve ser evitado.

O Brasil tem uma tradição de políticas de destruição do patrimônio linguístico nacional. Este processo iniciou-se em 1753, com a política antiindígena do Marquês de Pombal (que expulsou os jesuítas em 1759), e atingiu o seu apogeu na chamada "Campanha de Nacionalização do Ensino" do Estado Novo do presidente Vargas, nos anos de 1938 a 1945. Pombal atacou as línguas indígenas, em especial a

Língua Geral; já o governo de Getúlio Vargas se concentrou nas línguas de imigração, com consequências também para as línguas indígenas.

Em abril de 1938, as escolas comunitárias do Espírito Santo, bem como todas as escolas alemãs (*Gemeindeschulen*) em território nacional, foram fechadas pelo governo federal, em consequência da sua política de nacionalização e de assimilação forçada. Neste período, o Alemão, e por extensão, o Pomerano (também o Hunsrückisch, o Italiano e o Japonês) foram proibidos de serem falados igualmente nas igrejas e nas repartições públicas, mediante decreto-leis. Houve perseguição aos membros das igrejas luteranas, destruição de objetos das casas e das placas tumulares dos cemitérios. Vários pastores foram detidos (internados) na capital estadual e proibidos de exercer as suas atividades religiosas. A escola então tornou-se pública e o ensino passou a ser ministrado em Português.

Em várias localidades, as placas tumulares foram retiradas dos cemitérios pelos parentes, sob a pena de serem destruídas a mando dos chefes de Polícia. Muitas placas foram lançadas ao chão, pisoteadas e destruídas por agentes policiais, como sugere o seguinte enunciado: *Dai pomerer häwe müst ales ruunerhåle fom kirchhof; dai tâfels smeite dai soldâte ales ruuner un dâire sai forbrene.* (Os pomeranos tiveram que retirar todas as inscrições tumulares do cemitério; as placas funerárias, os policiais jogavam contra o chão e as queimavam).

Deste modo, a política nacionalizadora do governo brasileiro na fase estadonovista foi uma política de homogeneização cultural, principalmente no que diz respeito às línguas dos imigrantes e seus descendentes. A partir de então, o Português se torna obrigatório em ocasiões e espaços oficiais como escolas, entidades públicas, ao mesmo tempo que se torna a norma pela qual todas as demais expressões linguísticas são objetivamente medidas.



Charge publicada no Jornal "A Gazeta", Vitória-ES, em 2 de dezembro de 1981

uma ruptura com a política de "integração" iniciada no período colonial. Temos hoje 115 mil alunos indígenas estudando em 3500 escolas bilíngues, sob a coordenação de estados e municípios.

Porém, os direitos linguísticos não foram estendidos aos falantes de outras línguas brasileiras, especificamente as línguas de imigração. As escolas indígenas bilíngues são bilíngues apenas em teoria, porque o bilinguismo é estranho à tradição educacional brasileira, historicamente voltada para a imposição da língua única.

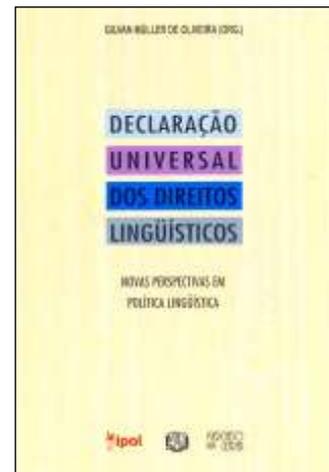
Deste modo, é urgente que o Estado Brasileiro passe a considerar essa importante faceta da diversidade constitutiva do Brasil. A diversidade não é só étnica, cultural, de gênero, mas também linguística. Em conformidade com o que reza a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos,

apresentada pela Unesco na Conferência de Barcelona, em 1996, os cidadãos falantes das línguas brasileiras têm direito a mantê-las.

## A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS

No ano de 1996, foi apresentada pela Unesco, na Conferência de Barcelona, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, traduzida e publicada no Brasil apenas em 2003. O documento é de importância fundamental para o reconhecimento dos direitos linguísticos das comunidades de brasileiros que falam outras línguas minoritárias e minorizadas.

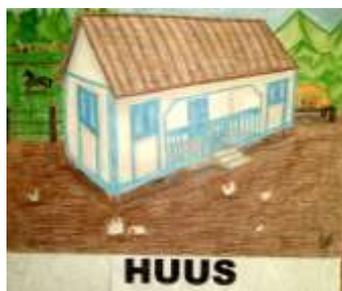
Pela Declaração, são direitos pessoais inalienáveis exercíveis em qualquer situação: ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística, usar a língua privada e publicamente, manter e desenvolver a própria cultura, dispor de serviços culturais, entre eles o ensino da e na própria língua.



## O REGISTRO DAS LÍNGUAS BRASILEIRAS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Deputados em parceria com o Instituto e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), promoveram o Seminário Legislativo sobre a Criação do Livro e Registro de Línguas. O evento foi realizado de 7 a 9 de março de 2006, em Brasília.

O que é ser bilíngue no Brasil? Esta foi a tônica do Seminário, uma vez que as línguas faladas no Brasil devem ser registradas como Bem Cultural Brasileiro. Pela primeira vez, falantes de Nheengatu, Guarani, Talian, línguas Afro-Brasileiras, Pomerano, Hunsrückisch e de Libras expressaram-se em seus idiomas para expor suas reivindicações, promover o diálogo, a tolerância e o respeito à diversidade cultural brasileira.



**CASA**

O Seminário objetivou debater uma política pública voltada para o reconhecimento da pluralidade linguística. Também visou discutir a criação do Livro de Registro das Línguas como uma das categorias a serem contempladas pelo instrumento do Registro de Bens Culturais, por meio do qual o Estado reconhece como patrimônio cultural brasileiro bens que referenciam a ação, a memória e a identidade dos diferentes grupos sociais formadores da nacionalidade.

No evento, sublinhou-se a necessidade de se fortalecer as políticas públicas de valorização da diversidade linguística, uma vez que o Estado Brasileiro buscou criar uma identidade nacional única, eliminando as diferenças culturais entre as comunidades. No entanto, salientou-se que o Estado superou a fase em que a diversidade linguística era considerada barreira cultural.

O Livro de Registro das línguas reúne as condições, como instrumento de Estado e instrumento da Cidadania, para ser pivô na elaboração de uma política nacional de línguas minoritárias e minorizadas. A criação do Livro de Registro das Línguas é uma oportunidade histórica que temos para superar o colonialismo da língua única e, coerentemente com a política de inclusão social e de construção da cidadania do Governo Federal, afirmar que é possível ser brasileiro em muitas línguas.

(Fotos: Ismael Tressmann)